



EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO ESCOLAR

Education, diversity and inclusion: reflections about school context

Denise da Costa Dias Scheffer¹; Laura Zimmermann de Souza;² Antonio Escandiel de Souza³

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre a fusão entre educação e diversidade, bem como seu papel fundamental para a utilização da inclusão escolar, onde a diversidade se torna um aparato de desenvolvimento no sistema educacional. Assim, enfatizando a educação especial e sua inserção inclusiva no contexto educacional. A educação tem função primordial para a formação do cidadão, uma vez que está intimamente ligada a todas as atividades em sociedade, logo para conviver em grupo, é preciso haver diferenças, para poder haver a troca de conhecimentos sociais e culturais, trazendo, então, o aprimoramento do ser humano e seus valores, bem como sua capacidade de administrar o convívio com o próximo. A partir da inclusão na educação, dos preceitos da educação especial, fica claro o processo de transformação no ambiente escolar, onde docentes e alunos interagem diante das necessidades pessoais de cada um, fazendo o sistema de ensino-aprendizagem algo para o avanço da sociedade, utilizando como ponto de partida a educação e garantindo o direito a igualdade.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Diversidade.

Abstract: This paper aims to expose the fusion between education and diversity, and its fundamental role for the use of school inclusion, where diversity becomes a development apparatus in the educational system. Thus, emphasizing special education and its inclusive insertion in the educational context. Education has a primordial function for the formation of the citizen, since it is closely linked to all activities in society, so to live in groups, there must be differences in order to exchange social and cultural knowledge. the improvement of the human being and his values, as well as his ability to manage the relationship with others. From the inclusion in education, the precepts of special education, it is clear the process of transformation in the school environment, where teachers and students interact with each other's personal needs, making the teaching-learning system something for the advancement of society, using education as a starting point and guaranteeing the right to equality.

Keywords: Inclusion. Education. Diversity.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta- Unicruz, Especialista em Formação Pedagógica para Docentes da Educação Técnica e Tecnológica e Especialista em Direito Processual Civil.

² Acadêmica do 6º Semestre do curso de Direito pela Universidade de Cruz Alta/RS- Unicruz. E-mail: laura.zimmermann2@gmail.com

³ Doutor em Linguística aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social de Cruz Alta (UNICRUZ); Pesquisador Líder do Grupo de Estudos Linguísticos – GEL/UNICRUZ. E-mail: asouza@unicruz.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A diversidade pode ser percebida diante de todo o contexto histórico da educação, pois se faz presente nas relações humanas, através de tratamentos iguais e desiguais. Ressalta-se que a diversidade sempre esteve inserida na convivência em sociedade e com o passar dos tempos, fica ligada profundamente à educação como forma de transformação de pensamento sobre preconceito e exclusão. A respeito da diversidade Abbagnano (1982) menciona que:

Toda alternativa, diferença ou dessemelhança. O termo diversidade é mais genérico do que esses três e pode indicar a simples distinção numérica que se tem quando duas coisas não diferem em nada exceto por serem numericamente distintas. Nesse sentido, a diversidade é a pura e simples negação da identidade; e exatamente Wolf a definia dizendo que “são as coisas que não podem ser substituídas uma pela outra permanecendo firmes os predicados que se atribuem a uma delas ou absolutamente ou em cada condição”.

Com efeito, a diversidade mostra-se como sendo as diferenças que cada um enxerga no outro, como um sentimento de visualização, a maneira com que se vê a diferenças das outras pessoas, para que assim possa se compreender todas as formas de vivência entre os indivíduos. A educação faz parte da inclusão escolar, que representa acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

A Educação Especial é definida a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino, tornando esta como efetiva forma de inclusão aqueles que necessitam de tratamento diferenciado no processo ensino-aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, cumpre destacar que se trata de um estudo de cunho bibliográfico, exploratório, envolvendo pesquisas em diversos materiais como publicações físicas e virtuais, nas quais foi possível encontrar um grande número de informações referentes à temática, conferindo uma melhor explicação e compreensão ao leitor. Utilizou-se do método dedutivo, o qual faz uso da dedução para se obter uma conclusão a respeito de



determinado assunto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, considerando bases linguísticas para sua realização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sociedade é descrita através de relações humanas e o processo de inclusão ocorre de forma a integrar as diferenças no ambiente em que os valores são explorados e repassados aos seres humanos desde sua infância, no âmbito escolar. Assim, destaca-se a importância do processo educacional para a compreensão das diferenças e estudá-las para que os costumes e culturas possam ser utilizados em forma de troca entre alunos. De acordo com as relações entre indivíduos e da utilização da educação para esta compreensão, Michalisyn (2007) argumenta que:

Na sociedade, assim como no processo educativo, as normas são definidas de acordo com o tempo, a maneira de pensar, a cultura e a realidade de cada contexto social, podemos concluir assim que a educação é ideal é aquela capaz de perceber as diferenças, respeitá-las e com elas interagir.

A diversidade na educação conseguiu muitos avanços com o passar dos tempos, dependendo da união da sociedade em prol da igualdade e da inclusão de todos na educação, contudo na educação especial, visando o âmbito social. Neste contexto, profissionais da educação são aliados importantes para o processo de conscientização da efetiva utilização da diversidade na educação especial. Nesse sentido, Lampert (1999) adverte que:

Numa análise dinâmica das atividades coletivizadas em prol de preferências assim expressas, o igualitarismo sob o ponto de vista sócio-cultural parece se defrontar com a desagradável impossibilidade de conciliar o fundamento do princípio da igualdade distributiva com o princípio da autonomia individual para estabelecer um elenco de preferências.

A coletividade precisa estar ciente de sua responsabilidade diante da sociedade, logo é preciso consciência individual para que a diversidade seja vista e utilizada em forma de enriquecimento na esfera da educação. Para isso, os valores passados desde a infância e levados a vida adulta fazem toda a diferença na mentalização do processo educacional.

Em termos gerais, as assimetrias e desigualdades entre os diferentes segmentos da população foram tratadas não somente no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional, o desafio é duplo: por um lado, diminuir as assimetrias e desigualdades educacionais desses contingentes humanos; por outro, fazê-lo respeitando e valorizando as suas diversidades culturais, linguísticas e regionais. Teles (1997) assim complementa:



04 a 07 de nov.19



A desigualdade e as assimetrias socioeducacionais – em qualquer das suas dimensões – enfrentadas pelos segmentos da população historicamente marginalizados e excluídos do sistema educacional e, em consequência, do desenvolvimento socioeconômico e da própria vida republicana, representam uma dívida do País para com esses setores, que deve ser saldada com urgência.

Apesar dos inegáveis progressos educacionais verificados nos últimos anos, é necessário ressaltar que esses avanços foram mais um produto da crescente relevância da temática educacional na ótica universalista do que de iniciativas voltadas à redução dessas desigualdades. Assim, Henriques (2006) aponta:

Entretanto, a desigualdade de gênero ainda se manifesta em outras dimensões, em que a questão educacional aparece interconectada com outros aspectos das condições de vida ou do mercado de trabalho. Em relação a porcentagem das mulheres que concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio, ou trabalham, ou estão procurando emprego, a porcentagem das mulheres jovens ainda é inferior à média nacional (ou seja, elas estão fora do mercado de trabalho).

Nota-se que a questão da diversidade afeta muitos campos de atuação, tanto fora quanto dentro da educação, mas que se inicia na escola e se transmite para a vida familiar e profissional, assim como a falta da igualdade traz consequências futuras para todos os cidadãos.

Configura-se, assim, um quadro de vulnerabilidade socioeducacional, na medida em que mulheres, adolescentes e jovens têm evadido do sistema escolar por não estarem inseridos no mercado ou com emprego formal. Nesse seguimento, atrair estes grupos para o seu reingresso ao sistema educacional, significa reduzir desigualdades de gênero que poderão causar, posteriormente, outras desigualdades no mercado de trabalho.

Cabe mencionar que a educação necessita ser visualizada como referência e atributo da diversidade, visto que se trata de elemento de cunho social. O estudo exige do sujeito que demonstre atitudes de educação, trazendo assim seu entendimento pelas diferenças, para que seja atingida igualdade completa perante a sociedade. Dessarte, a escola precisa se tornar agradável e acessível a todos, considerando o sujeito como parte envolvida em um processo de modificação de oportunidades, desenvolvendo, assim, dimensões em sentido amplo para a inclusão social. Nesse viés, Paro (2003) esclarece:

Se alguém é educado, é porque esta condição que funda a orientação para o viver bem, assim o aluno resiste a um ensino desinteressante, pois precisa aprender conceitos prazerosos, mas não em forma de mecanismos e sim de valores, fazendo com que estes tenham contato com a realidade.



A educação, por sua vez, precisa ser realizada de forma integral, perpassando do contexto escolar para todos os momentos e situações vividas, principalmente em contato com conteúdos sociais e culturais. Frisa-se que para a percepção das diferenças e das pluralidades de povos, a educação é peça fundamental, uma vez que seu intuito é fundar uma sociedade única, com os mesmos valores.

Para haver diversidade na educação é preciso haver diálogo, para que assim seja possível a compreensão de todas as contradições expostas no cotidiano do aluno. Esta condição é necessária para que o conhecimento se realize de forma eficaz, promovendo assim o avanço do igualitarismo. Cumpre mencionar que o conceito de diversidade deve ser bem assimilado pelo educador para que este possa ser bem compreendido pelo aluno.

Na educação especial, nota-se a necessidade das políticas de inclusão de forma objetiva, não somente em discursos. Desta forma, ressalta-se a importância da escola enquanto instituição que, ao lado da família, organiza os primeiros laços da criança com outras pessoas. Neste sentido, Smiech (2003) salienta:

A função estruturante que a escola desempenha para criança. Assim, a constatação de necessidades educacionais especiais de um sujeito, em função de uma deficiência mental, nada indica a priori, em relação a sua Documento Subsidiário à Política de Inclusão Subsidiário à Política de Inclusão de estruturação subjetiva.

Assim, na educação especial como inclusão escolar, uma criança que apresenta um fator orgânico limitante, não tem que fazer face apenas a uma dificuldade inata, mas, fundamentalmente, “à maneira como está dificuldade entra em jogo na relação com as outras pessoas, inicialmente com seus pais e, pouco a pouco, com todo o âmbito social, passando pela escola” (Mannoni, 1995).

Segundo Brandão (1995) “ninguém escapa da educação, ela está presente em casa, na igreja, na rua e na escola”, de uma forma que envolve todos ao seu redor, para que assim se possa passar por determinadas etapas na vida, como aprender e ensinar. Nesta ótica, a educação é compreendida como um direito de cada cidadão, uma forma de diversificação de povos, inclusão e acesso ao conhecimento. Diante da diversidade inserida na educação, é necessário provar que incluir os excluídos não acarreta na perda de qualidade, mas sim na conquista de novas culturas e saberes. Sob a perspectiva de Johnson (1999), “apesar da crítica ao velho marxismo ter sido uma constante, tanto nas vertentes literárias quanto nas vertentes históricas da educação, há inegáveis contribuições”. A primeira é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as



formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades.

Portanto, é possível perceber que as culturas, por mais diferentes que sejam, promovem uma ligação entre si. Outrossim, para que haja a união destas, é preciso vê-las de forma massificada dentro do sistema escolar, conhecendo, assim, as necessidades de cada indivíduo. Nessa perspectiva, Canclini (1997) menciona:

Creio que essa corrente de estudos é proveitosa no sentido de que é gerada de uma variedade de diferentes disciplinas: Brunner, da sociologia, Martín-Barbero, da comunicação e semiótica; meu próprio background é em filosofia, mas também sociologia, crítica da arte e antropologia; Sarlo, dos estudos literários, e Ortiz, antropologia e sociologia. Penso que o que temos em comum é o desejo de encontrar uma maneira melhor de estudar os processos culturais de uma forma multidisciplinar. Combinar tais abordagens é central ao projeto, uma vez que entendamos processos culturais como processos que devem ser problematizados mais como interconectados e interdependentes do que como fenômenos isolados, que é a forma como são tratados na maioria das disciplinas.

Aliada à educação está a inclusão, devendo ser visualizada como um movimento de humanização, que transforma as experiências trazidas por cada aluno em aprendizado, logo é de suma relevância mobilização por parte dos educadores, de forma que envolva o aluno e o insira no contexto escolar. A inclusão escolar se manifesta algumas vezes através das ações afirmativas, que servem de suporte da erradicação da desigualdade na educação, utilizada como programa governamental na realização de programas de cunho social no país.

As ações afirmativas se inserem profundamente na inclusão escolar, por tratarem da igualdade, sendo demonstradas na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso VIII, onde sua ação afirmativa se refere a pessoas com necessidades especiais. Nesse viés, nota-se que a partir das demonstrações trazidas na Constituição, busca-se o aperfeiçoamento das ações voltadas para educação. Gomes (2002) complementa a utilização das ações afirmativas na educação expondo seu pensamento:

A implementação das ações afirmativas no Brasil deveria dirigir-se, principalmente para o campo da educação, traduzida, na prática, pela melhoria do acesso a todos na educação, tendo como partida a escola pública.

Com efeito, o processo de inclusão escolar utilizando as ações afirmativas se dá no momento que estas se unem pelo o ideal de romper barreiras de desigualdade. As ações afirmativas devem ser vistas como resultados de tratativas criadas no intuito de manifestar a



liberdade e a democracia na oportunidade escolar. Diante da sociedade democrática e liberal, o entendimento de D'Adeski (2001):

As medidas de inclusão escolar não devem ser vistas meramente como o resultado de uma obrigação moral, mas também como um empreendimento destinado a corrigir as discriminações do passado, e desse modo reverter a atual imagem depreciativa de grupos dentro da sociedade.

Ademais, no que tange ao histórico da educação no Brasil, ressalta-se a importância das atitudes tomadas em meio a sociedade pela busca da igualdade e da liberdade, usando o ambiente escolar como forma de integração e diversidade entre pessoas. É preciso buscar também, para entendimento da inclusão escolar, sua trajetória resumida nos processos de exclusão, para que se possa fazer um referencial de longa caminhada para a efetiva inclusão social na educação, como referência na educação especial.

Facion (2008) traz o histórico do processo inclusivo em quatro fases distintas:

A primeira fase, que corresponde ao período anterior ao século XX, onde pessoas com deficiências eram totalmente excluídas da educação escolar, mas já ao final do século XVII e XIX, já se iniciaram os processos de institucionalização especializada, onde surge então a partir do século XX a educação especial.

A segunda fase é chamada de segregação, onde já no século XX começaram efetivamente o atendimento a pessoas com necessidades especiais, os chamados deficientes, onde nasce então a pedagogia da educação especial, com trabalhos especializados a todos os tipos de deficiência, em centros separados, mas a educação era separada, definida como educação comum e educação especial, os alunos não eram integrados uns aos outros.

A terceira fase, começa na década de 70, onde aluno com deficiência começaria a ser incluído no ensino comum, junto com alunos sem problemas de uma forma que não causasse transtorno dentro da escola.

A quarta fase, a da efetiva inclusão, começou na década de 80, quando um número grande de alunos com deficiência passou a frequentar classes regulares, pelo menos em meio turno, onde já havia profissionais qualificados para estes alunos e escolas mais preparadas para recebê-los.

Menciona-se que somente após estas fases, a inclusão tornou-se algo de real importância para educação, assim como sua efetiva utilização no contexto escolar, para que, assim, educandos tenham oportunidade de aprendizado igualitário. Desta maneira, a inclusão fica evidenciada a nível mundial e desperta a curiosidade de muitos escritores. Sasaki (1998) traz seu comentário a respeito do assunto:

A Unesco realiza uma assembleia mundial em 1994 para discutir o processo de inclusão escolar, trata-se do mais completo texto sobre a inclusão na educação, em cujo encontro fica evidenciado que a educação inclusiva não se refere apenas as pessoas com deficiências e sim a todas as pessoas, sendo deficientes ou não, pois a



inclusão admite exceções de todas as formas, assim todas as pessoas devem ser incluídas.

Portanto, a escola passa a ser destinada ao combate de falhas humanas de convivência, demandando de direitos humanos. Assim, todos passam a ter as mesmas oportunidades e aprendem os mesmos valores dentro da sociedade, onde o principal objetivo é a conscientização da população em meio aos direitos humanos.

4 CONCLUSÃO

A Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com a diversidade que constitui o seu grupo de alunos.

Sendo assim, a educação especial é parte do processo de inclusão no ambiente escolar. A diversidade dos seres humanos exige que o contexto educacional busque sua transformação, tratando os procedimentos de transformação e busca pelo ensino-aprendizagem independente das limitações ou diferenças impostas no grupo, objetivando o alcance da igualdade de oferecimento de requisito básico e disponível em forma legal para formação do cidadão.

Há necessidade de legislação específica e regulamentações para a aplicação da inclusão na sociedade, com enfoque no círculo escolar, na educação em todos seus âmbitos e na educação especial, onde se visualiza o direito do cidadão de interagir e aprender de forma qualificada e em local apropriado, guarnecido pelos preceitos inclusivos de direito e permanência da educação como sendo direito de todos. Assim, surgindo a possibilidade de promover o engrandecimento da vida em sociedade e suas inclusões práticas e visíveis em institutos educacionais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As Cotas na Universidade Pública Brasileira**. Campinas: Autores associados. 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 33ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal 1988.

CANCLINI, Nestor. **Processos Culturais**. Rio de Janeiro: Anped, 2005.

D'ADESKI, Jorge. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DICIONÁRIO AURÉLIO. São Paulo: Atlas, 1995.

FACION, Jose Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ipbex, 2008.

GOMES, Flavio; PAIXÃO, Marcelo. **Exclusão racial, uma questão política e moral. Teoria e debate**. São Paulo: Vozes, 2002.

HENRIQUES, Marcelo. **Educação para a cidadania**. São Paulo; Editora Joao Reis, 2006.

JOHNSONS, Paul. **Ciranda da Inclusão**. São Paulo: Editora Cultural, 1999.

LAMPERT, Ernani (Org.) **Educação para a cidadania**. Rio Grande: Sulina, 1999.

MANNONI, Maud. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e Diversidade**. Curitiba: IBPEX, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Uma escola para a inclusão social**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

LDB – LEI DAS DIRETIZES E BASES. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

RAWLS, Jonh. **A teoria da justiça**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SASSAKI, Ricardo. K. As escolas inclusivas na opinião mundial. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 2, 1998.

SMIECH, Gerson. **A política de inclusão**. Brasília, MEC, 2003.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação: a revolução necessária**. São Paulo: Vozes, 1997.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>, acesso em 30/08/2019.